



MUNICÍPIO DE MONTENEGRO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº 2.178, de 02 de julho de 1980
Lei Municipal nº 3.684, de 04 de dezembro de 2001

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

MONTENEGRO

SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PARECER CME nº 005/2018

Processo nº 7574/2018

***Renova o credenciamento da Unidade de Educação Infantil Nilton Moreira, pertencente à Sociedade Beneficente Espiritualista, em Montenegro-RS, e a autorização de funcionamento para a oferta da Educação Infantil nesta unidade.
Determina providências.***

A Sociedade Beneficente Espiritualista encaminha à apreciação deste Conselho Processo Administrativo nº 7574/2018, protocolado em 12 de setembro de 2018, contendo pedido de renovação do credenciamento da Unidade de Educação Infantil Nilton Moreira e da autorização de funcionamento para a oferta da Educação Infantil nesta unidade.

2 – O processo está instruído em conformidade com a legislação vigente e contém as seguintes peças:

- 2.1- Encaminhamento da Sociedade Beneficente Espiritualista solicitando a renovação do credenciamento da Unidade de Educação Infantil Nilton Moreira e da autorização para o funcionamento da oferta da Educação Infantil junto a esta instituição.
- 2.2- Termo de concessão de uso de bem público datado de 11/11/2015 (Matrícula nº 35.381).
- 2.3- Identificação da mantenedora e da escola, conforme anexo IV da Resolução CME nº 12/2009.
- 2.4- Informações sobre condições e recursos físicos e materiais disponíveis, conforme anexo V da Resolução CME nº 12/2009.
- 2.5- Cópia da ficha de cadastro devidamente preenchida (anexo I da Resolução CME nº 12/2009); documentação referente à alteração na Diretoria (justificativa, Termo de Renúncia, Ata nº309/2018); Atestado de Pleno e Regular Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal de

*“Doe órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas”
Montenegro Cidade das Artes Capital do Tanino e da Citricultura.*



MUNICÍPIO DE MONTENEGRO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº 2.178, de 02 de julho de 1980
Lei Municipal nº 3.684, de 04 de dezembro de 2001

Montenegro; Certidão de Utilidade Pública; Decreto nº 1.885/1992 (Declaração de Utilidade Pública); Portaria nº 704/2016.

2.6- Cópia das Declarações de Regularidade Fiscal (anexo II da Resolução CME nº 12/2009; Negativas do INSS e FGTS).

2.7- Cópia da planta baixa do prédio e de sua localização no terreno onde está situado.

2.8- Fotos dos ambientes internos e externos da escola.

2.9- Cópia do Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI 202/1 – com validade até **08/07/2018** e cópia do Alvará de Saúde nº 0365/2017, com validade até **10/10/2018**.

2.10- Cópia do protocolo com pedido de vistoria para renovação do Alvará de PPCI.

2.11- Cópia dos atos legais da escola: Ato de Credenciamento: Parecer CME nº 020/2016, de 12/12/2016.

2.12- Relação dos recursos humanos com nome, função exercida e titulação, bem como comprovação da titulação referida nesta relação.

2.13- Relação do número de matrículas com a organização dos grupos.

2.14- Cópia do Contrato de Prestação de Serviço nº 103062016, de 29/06/2016, para o Poder Público Municipal.

3 – O Regimento Escolar, a Proposta Pedagógica e os Planos de Estudos foram aprovados pelo Setor competente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura em dezembro de 2018.

4 – A documentação apresentada comprova que a escola conta com parte dos recursos humanos habilitada para o desempenho dos cargos e/ou funções exercidas, atendendo ao disposto na legislação vigente, e outra, porém, apresentando divergências – Auxiliares de Educação Infantil com formação em Ensino Médio Incompleto, Ensino Fundamental, e até com Ensino Fundamental Incompleto.

5 – Na visita “in loco” realizada à Unidade de Educação Infantil Nilton Moreira, em 13 de novembro de 2018, observou-se que o prédio dispõe das condições mínimas exigidas na legislação vigente para o funcionamento da oferta pretendida, o que pode ser evidenciado, também, nas fotos dos ambientes internos e externos da escola.

6 – No relatório da visita “in loco”, realizada por membros do Conselho Municipal de Educação à Unidade, refere-se:

6.1- prédio em alvenaria com boas condições de localização, conservação e higiene;

6.2- falta de acessibilidade;

6.3- salas de aula com iluminação e ventilação natural e direta, mobiliadas e equipadas de acordo com o número de crianças e a faixa etária atendida;

6.4- sanitários em número suficiente, adequados, tanto para os adultos quanto para as crianças;

6.5- cozinha e refeitório em boas condições, limpos e organizados;

6.7- há locais para atividades ao ar livre, porém a vegetação alta está impedindo o uso do local;

6.8- setor administrativo bem localizado e acessível.

7 – A análise das peças do processo, com base na legislação vigente, permite atender ao pedido com as seguintes considerações:

“Doe órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas”

Montenegro Cidade das Artes Capital do Tanino e da Citricultura.



MUNICÍPIO DE MONTENEGRO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lei Municipal nº 2.178, de 02 de julho de 1980
Lei Municipal nº 3.684, de 04 de dezembro de 2001

7.1- Deve a mantenedora continuar providenciando a adequação do quadro de recursos humanos quanto à formação mínima exigida pela legislação para o cargo de Auxiliar de Educação Infantil, o qual requer Ensino Médio Completo (item 4).

7.2- Deve a mantenedora continuar organizando os recursos humanos entre as turmas, de modo que todas (e cada uma dessas) tenham um professor responsável com formação **concluída** em Magistério ou Pedagogia em cada turno de atendimento, a fim de atender a legislação vigente que trata sobre a necessidade de um “professor” titular em cada sala.

7.3- Deve a mantenedora tomar providências imediatas quanto ao referido nos subitens 6.2 e 6.7.

7.4- Deve a mantenedora encaminhar cópia do Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios, bem como cópia do Alvará de Saúde a este Colegiado tão logo estejam renovados, tendo em vista que os documentos ora entregues já esgotaram seu prazo de validade.

8 – Face ao exposto, o Conselho Municipal de Educação:

- a) Renova o credenciamento da Unidade de Educação Infantil Nilton Moreira para a oferta da Educação Infantil.
- b) Renova a autorização para o funcionamento da oferta da Educação Infantil na Unidade de Educação Infantil Moreira.
- c) Determina providências nos termos do **item 7** deste Parecer.

9 – Alerta-se a mantenedora e a Unidade de Educação Infantil Nilton Moreira para:

- a) O ato de credenciamento e autorização de funcionamento terá validade de **3 (três) anos**, ficando sua **renovação condicionada** ao cumprimento do estabelecido na legislação vigente, bem como **ao disposto no item 8, letra “c”, deste Parecer**.
- b) O disposto nos artigos 11, 12, 13, 14, e 19 da Resolução CME nº 12/2009.

Em 11 de dezembro de 2018.

Andréia Sofia Haas Röder

Giovana Melissa Costa

Magda Gisleni Machado

Márcia da Silva Farias

Maria Elzira Feck Terra

Viviane Aparecida da Silva Morandini - Presidente

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 11 de dezembro de 2018.

Viviane Aparecida da Silva Morandini,
Presidente.

*“Doe órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas”
Montenegro Cidade das Artes Capital do Tanino e da Citricultura.*